

---

## 003ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 07MAIO2018

(Texto com revisão.)

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:** Senhoras e senhores, boa noite. Passamos à leitura do edital. (Lê.) “Audiência Pública com o objetivo de debater acerca da segurança pública em Porto Alegre. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a audiência pública, a ocorrer no dia 7 de maio de 2018, às 19 horas, na Av. Ipiranga, nº 5.311 - sede da AMRIGS -, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 24 de abril de 2018. Vereador Valter Nagelstein, Presidente.” Convidamos para compor a Mesa: Sr. Valter Nagelstein, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Sr. Kleber Roberto de Lima Senisse, Secretário Municipal de Segurança Pública, neste ato representando o Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior; Sr. Major Marlon Carvalho da Silva, Comandante do 19ª BPM; Sr. Major Rafael Marques Ferreira, representante do Comando Militar do Sul; Sr. Delegado Juliano Ferreira, Representante da Polícia Civil; Sr. Major Ingo Vieira Lüdke, representante do Corpo de Bombeiros; Sr. Delegado Marcelo Picarelli, representante da Polícia Federal; Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Prestigiam esta audiência o representante do Gabinete do Ver. Felipe Camozzato, Frederico Cosentino; representante do Gabinete da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, Fabício Benites; representante do Gabinete do Ver. Aldacir Oliboni, Beatriz Ojeda; representante da CDL, Sr. Henry Chmelnitsky.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein, está com a palavra.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Convido todos para tomarmos assento. Queria, primeiramente, agradecer muito à Associação Médica do Rio Grande do Sul, ao seu Presidente e a sua Diretoria, que há pouco estiveram aqui, a cedência do espaço. Quero agradecer muito aos senhores representantes de diversos órgãos que estão compondo a nossa Mesa e nos ajudando nesse esforço do Legislativo Municipal de integrar a sociedade civil organizada, os órgãos policiais, os órgãos de assistência social,

---

educação, enfim, diversas frentes, para que possamos articuladamente minorar o problema da insegurança, da violência urbana e da criminalidade.

Quero saudar a presença da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, minha companheira de esforço nesse sentido, dizendo que esse nosso esforço nós pretendemos culminar no mês de agosto deste ano, quando teremos um seminário, onde estão confirmadas as presenças do Chefe de Polícia de Los Angeles, do ex-Comandante da Polícia da Bélgica e de diversos representantes, como Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, nossas polícias e Forças Armadas, para que a gente possa discutir esse fenômeno tão perverso da realidade do Brasil, que é a violência urbana e a criminalidade.

Uma das ideias que estamos implementando, na verdade – seis audiências públicas. Por que seis? A partir de uma conversa com a Comandante Nádia, seis são as regiões de jurisdição. Em princípio, nos apropriamos das regiões de jurisdição da nossa Brigada Militar, mas, que, na verdade, acabam envolvendo também a Polícia Civil, mas têm mais de uma delegacia, muitas vezes, em cada região dessas de jurisdição. Então, quero agradecer muito ao Delegado Juliano Ferreira, filho do Cleber Ferreira, e, na pessoa dele, agradecer ao Chefe de Polícia. Esta é a segunda que estamos fazendo. O Secretário Senisse, na outra reunião, nos encaminhou o Chefe da Guarda Municipal, a quem quero agradecer também. Hoje, felizmente, estamos ampliando aqui com a presença da nossa Polícia Federal, Dr. Picarelli, muito obrigado; do nosso Corpo de Bombeiros, do Exército Brasileiro e, mais uma vez aqui, a nossa Brigada Militar. Quero agradecer muito também aos senhores e senhoras, porque a nossa ideia aqui é buscar uma integração entre as forças vivas da comunidade de acordo com aquilo que preconiza a Constituição brasileira, porque a segurança pública é um dever do Estado e de todos nós. Na verdade, todos têm de contribuir para a segurança. Então, resolvemos, Presidente Henry Chmelnitsky, Presidente do Sindicato dos Bares, Hotéis e Restaurante de Porto Alegre, convidar as forças vivas das comunidades, as lideranças empresariais, pessoas que trabalham no setor da segurança privada, estudantes, clubes de serviços, associações de bairros, entidades de classe, para que a gente pudesse trocar experiências, conhecer um pouco a realidade de cada um, mas, mais do que tudo isso, poder aproximar as partes. Nós sabemos que têm experiências de sucesso acontecendo, utilizando inclusive redes sociais, utilizando as novas tecnologias. A gente quer estimular tudo isso para que essas ferramentas possam ser usadas mais ainda em favor do combate à violência, à

---

pág. 2

---

criminalidade e à insegurança. Nós temos hoje, em Porto Alegre, uma sala de situação que está construída junto ao Ceic; nós temos um sistema de câmeras que ainda não está integrado da forma que se deseja - obviamente, estou avançando aqui numa área que é do Secretário, por óbvio, mas que conheço um pouco -; nós temos o Siosp, que também é um sistema, uma sala de situação bastante importante, não sei se já está integrado ou não com a questão aqui do Município; nós temos uma questão que a gente pode e deve avançar no futuro, que é o sistema vídeo analítico, para que a gente traga cada vez mais inteligência para dentro desse sistema; poder trabalhar a questão do cercamento eletrônico, poder trabalhar a questão da bioidentificação, identificação biométrica e outras tantas circunstâncias que permitam que a gente possa avançar, para combater esse problema que os senhores, que estão operando na ponta da violência e da criminalidade, sabem muito mais do que nós: de 34 homicídios por 100 mil habitantes, do problema da dificuldade carcerária, do problema da dificuldade jurisdicional, da questão da morosidade da Justiça, da questão dos juizados especiais, que é algo que vamos discutir lá em agosto, se, de fato, isso está funcionando, se isso contribui para o estado de coisas que temos, se nós temos uma Justiça, de fato, eficaz no sentido da prevenção dos pequenos delitos, dos médios delitos, dos grandes delitos, enfim, tudo o que está posto aí. Esse é o objetivo desta nossa audiência, e eu agradeço, mais uma vez, a presença de todos e retorno ao mestre de cerimônias para nós irmos executando a nossa audiência pública.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:** Sr. Presidente, só para fazer umas citações. Prestigiam ainda este evento o Sr. João Batista Moreira da Silva, da Brinks Segurança e Transporte de Valores Ltda; Sr. Felipe Caleffi, da Squadra Gestão de Riscos; Sr. Alessandro Vieira Amarim, da Saque e Pague; Sra. Gabriela Richinitti, da Saque e Pague; Sr. Júlio Cesar Santos, do Hospital Ernesto Dornelles; Sr. José Rocha, da Squadra Consultoria; Sr. Ildo Enor Rodrigues de Almeida, da Agenda 2020; Srs. representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Eu quero passar de imediato a palavra aos integrantes da Mesa e fazer, não querendo pautar, deixando absolutamente liberado, a seguinte questão: de que forma nós podemos nos integrar mais junto à comunidade, para enfrentarmos essa questão? Nós estamos aqui numa região e estamos indo de

---

região para região. Quero saudar a presença do gabinete do Ver. Felipe Camozzato aqui também. Nós estamos fazendo isso nas regiões, porque a gente quer integrar os empresários que trabalham na região, os moradores da região, os trabalhadores da região, os clubes de serviço, os estudantes com os órgãos não só de repressão. Aqui a Mesa está composta pelas instâncias policiais, mas nós temos uma visão que tem que ser muito mais larga do que essa, e é isso que estamos buscando aperfeiçoar na nossa reunião. Hoje a gente tem a questão dos moradores de rua, que, obviamente, não quero criminalizar isso, mas nós temos que trabalhar as outras perspectivas: da educação, da prevenção e da assistência social, somadas a essa questão. Eu queria deixar essa provocação aos componentes da Mesa: de que forma nós podemos integrar mais, se possível, explicar a cada um o tipo de tarefa que executa nesse contexto, de que forma a gente pode integrar mais o nosso trabalho, e de que forma, por exemplo, o Legislativo pode ajudar, além do que está ajudando, para que a gente estabeleça uma sinergia maior em favor de uma segurança melhor na Cidade.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:** Gostaria de registrar a presença do Delegado Leandro Cantarelli, da 5ª Delegacia de Polícia.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** As inscrições estão abertas para as suas sugestões e contribuições.

Passo a palavra ao Delegado Juliano Ferreira.

**SR. JULIANO FERREIRA:** Boa noite a todos, no nome do nosso Presidente, saúdo todos os componentes da Mesa, os demais participantes desta importante audiência pública. Destaco a presença do Delegado Leandro Cantarelli, nosso colega da 5ª DP. Sou delegado de polícia, hoje titular da 19ª Delegacia da Capital, que se localiza no Morro da Cruz, cuja circunscrição é responsável pela maioria desses bairros e regiões cujo objetivo é tratar na noite de hoje. É importante, Presidente, destacar que a gente tem que, primeiro, fazer uma constatação. Eu diria que nós lidamos diariamente com dois cenários de criminalidade. O primeiro deles, aquele cenário intrínseco à região, que, basicamente, é o tráfico de drogas; e aquele que, embora seja recorrente na região, como roubo a pedestres, roubo de veículos, acontece em todas as regiões de Porto Alegre. Por que eu

---

digo que é intrínseco o tráfico de drogas a essas áreas menos privilegiadas da Cidade? Porque nós não imaginamos uma boca de tráfico no bairro Bela Vista, de Porto Alegre, embora a gente saiba que muitos dos grandes traficantes ali residem. Ali se sofre muito com o roubo de veículos, mas as bocas de tráfico que assolam a comunidade, fazem reféns os moradores dessas regiões acabam, infelizmente, se enraizando nas regiões menos privilegiadas. É isso – e o Delegado Leandro pode confirmar –, é essa criminalidade que nos incomoda diariamente. Eu sempre falo... Dou um exemplo, é um dos vários exemplos que verificamos: o ano passado, fazíamos uma incursão, por volta das 22 horas. Quando chegamos atrás do Hospital Divina Providência, havia um veículo Monza parado. Quando chegamos no meio da rua, uma viela, e nos aproximamos, ali estavam duas senhoras, que não tinham menos do que 60 anos de idade. Quando questionamos o que elas faziam ali naquele momento, naquela hora, paradas, dentro do carro, no meio da rua, elas disseram: “Olha, seu policial [na frente do carro, havia uma barricada, havia um sofá no meio], nós não temos permissão de ingressar. Nós só podemos ingressar para nossas casas, quando os traficantes da área nos autorizam, e é lá pelas 23 horas”. Então, duas costureiras... Infelizmente, senhores, essa é a realidade de Porto Alegre, essa é a realidade de muitos bairros de Porto Alegre. Em que pese tanto a Polícia Civil quanto a Brigada Militar estejam atuando diuturnamente no combate a esse tipo de crime, e digo também, é uma constatação que não há viela, bairro ou vila em que as forças policiais não ingressem em Porto Alegre, isso também é uma realidade, quando o carro da Brigada Militar ou da Polícia Civil se distancia, imediatamente aquela barricada retorna. Em novembro do ano passado, após uma grande operação no nosso distrito policial, prendemos, de manhã, quase 40 indivíduos. Retornamos às 13 horas, e havia novas barricadas naqueles locais. Essa é a realidade, e é isso que eu acho que as forças policiais têm que se integrar para combater, porque essa comunidade e essas pessoas que ali residem são efetivamente reféns desses criminosos, são reféns.

Já rapidamente, o nosso Presidente falou de algumas ferramentas de trabalho, como cercamento eletrônico, identificação biométrica, isso tudo é excelente. O cercamento eletrônico, Presidente, não sei em que pé anda hoje, mas há quantos anos se promete esse tal cercamento eletrônico e não saiu do papel? Eu não era titular da Delegacia de Roubo de Veículos ainda, passei lá dois anos, e já se falava antes de eu assumir. Eu assumi e, até hoje, não vi se concretizar o cercamento eletrônico para os fins que todos

---

nós esperávamos. Isso é realmente importante tanto para a Polícia Civil quanto para a Brigada Militar.

E a integração. Para a integração, o ano passado, do trabalho da Polícia Civil com a Brigada Militar e demais forças de segurança, esse tipo de audiência pública é fundamental, porque a gente ouve o pensamento dos demais órgãos de segurança, bem como do cidadão, que pode fazer a sua constatação de que forma a gente pode trabalhar. Mas a forma para integrar, aí tem que se trabalhar com inteligência policial, com integração, não se pode hoje pensar em trabalho policial ou alguma coisa assim sem integração.

Falando outra coisa dessas regiões policiais, para finalizar, pelo menos, num primeiro momento, a minha fala, Presidente, eu participei de um trabalho, capitaneado pelo nosso Diretor, Delegado Hartz, que é a readequação dos distritos com os batalhões. Eu acredito que, numa realidade breve, cada área do distrito vai corresponder à área do batalhão e vice-versa. Isso é importante, essa ação, esse ato, vamos dizer assim, justamente pela ideia de integração entre o delegado conhecer o comandante do batalhão e vice-versa. É importante isso, e, neste momento, Presidente, essa é minha participação.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Delegado. Passo a palavra ao Major Marlon Carvalho da Silva.

**SR. MARLON CARVALHO DA SILVA:** Inicialmente, boa noite a todos, é uma satisfação da Brigada Militar estar aqui presente. Nós vamos buscar explicar um pouco do que a gente tem executado na área de competência 19º Batalhão. Simplificadamente, a nossa área se estende da Maria da Conceição até a divisa com Viamão, com a Lomba do Pinheiro. E aqui da Ipiranga até uma quadra antes da Oscar Pereira. Nós pegamos Maria da Conceição, Morro da Cruz, Morro da Embratel, Campo da Tuca, Lomba do Pinheiro, Agronomia, Intercap, essa é a nossa área de atuação. Nós começamos, em nível institucional, a trabalhar o Sistema Avante. Muitas dos senhores e das senhoras devem ter ouvido falar sobre isso na mídia. O Sistema Avante tabula as incidências criminais georreferenciadamente, então, com esse instrumento, nós começamos a medir exatamente onde estava havendo as ocorrências, os sinistros, e começamos a atuar com maior eficiência para inibir essas práticas. Nós tínhamos uma incidência muito acentuada

---

de roubo a pedestre devido aos grandes eixos que a área possui, que são a Av. Bento Gonçalves e a Av. Ipiranga, e tínhamos também uma grande incidência de roubo de veículos. Nós começamos a patrulhar esses eixos, não sei se alguns de vocês já tiveram a oportunidade de verificar, mas nós temos executado o patrulhamento dos corredores de ônibus, das seis da manhã até as oito, com as motocicletas, que é um horário que nós tínhamos tabulado como de maior incidência. Nós tínhamos também um certo volume de ocorrências na Intercap. Institucionalizamos o policiamento ciclístico, que faz a Intercap, a Ipiranga e também uma parte da Bento, e, com isso, a gente conseguiu reduzir significativamente os nossos índices. Hoje, as ocorrências de roubo a pedestres, elas foram reduzidas em, praticamente, 50%, e o roubo de veículo, na nossa área, ele é quase que inexpressivo.

Nós estamos enfrentando uma dificuldade muito grande em relação aos homicídios, que têm sido uma resultante, do ano passado para cá, das disputas de bocas de tráfico, principalmente, na Lomba do Pinheiro. Para tentar coibir essas práticas, talvez alguns de vocês já tenham visualizado, nós instalamos uma base móvel comunitária na Lomba do Pinheiro. Nós disponibilizamos lá um efetivo que ouve a comunidade, procura tabular ali os anseios de segurança que as pessoas têm, e aí o comando, então, busca alternativas para sanar essas carências.

Uma outra iniciativa interessante. Nós visualizamos também que as praças estavam abandonadas pela população e estavam tomadas pelos consumidores de tóxico. O caso mais emblemático na nossa área é a Praça da Amizade, ali no Campo da Tuca. Nós tivemos uma iniciativa de fechar a praça, de cercar a praça com policiamento, e nessas práticas, nós prendemos várias pessoas, apreendemos várias quantidades de substâncias tóxicas e tivemos ali um policiamento constante. A Praça da Amizade, felizmente, ela foi devolvida à comunidade. Também temos essas mesmas práticas no bairro Santo Antônio e na Intercap.

Rapidamente, até porque o meu tempo já se esgota, essas foram algumas das práticas que o Batalhão... Ah, por fim, para prevenção a médio e longo prazos, nós incrementamos a quantidade de policiais que ministram aulas do Proerd. Nós tínhamos uma defasagem, tínhamos apenas dois, e conseguimos formar agora seis policiais, que vão conseguir abranger em torno de 45 turmas de Proerd, que é um investimento da instituição para

---

médio e longo prazos, para que as nossas crianças tenham melhores noções de valores. Muito obrigado.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Major Marlon Carvalho da Silva. Passo a palavra ao Secretário Senisse.

Antes eu queria dizer que, cada vez mais, cresce a demanda de que os Municípios atuem na segurança pública. Só que o grande problema é que a matriz tributária brasileira não prevê esse tipo de recurso ao Município. Então, é um ônus que pesa sobre os Executivos Municipais, e não há um recurso nesse sentido. Eu acho que é importante que o Governo Central do Brasil tenha criado, há pouco tempo, o Ministério da Segurança Pública, há bastante tempo eu acho que isso era necessário. Mas acho que mais necessário que isso é mudar um pouco a matriz tributária do País, para contemplar mais os Municípios. Os Municípios hoje têm menos de 10%. O Dr. Gil, que é o nosso chefe de gabinete, foi Presidente da Confederação Nacional dos Municípios e Presidente da Famurs aqui. No bolo tributário do Brasil, os Municípios têm acho que em torno de 11%, 12% dos recursos todos. É muito pouco, porque a vida é no Município, e isso precisa mudar. Quem sabe a gente consegue mudar um pouco isso a partir do final deste ano, quando se tenta configurar o próprio Congresso Nacional.

O Secretário Senisse, que é oficial reformado da Brigada, coordenou aqui o trabalho da Copa do Mundo, é uma pessoa extremamente reconhecida e qualificada, aceitou o convite para assumir a Secretaria Municipal. Nós, na Câmara, buscamos ajudar um pouco. Este ano, a gente se desfez de 50% da frota de veículos do Legislativo Municipal e doou para a Secretaria Municipal da Segurança, sabendo que há uma dificuldade lá de meios materiais e de recursos humanos também. O Secretário está fazendo um excelente trabalho, e eu queria pedir que ele nos contasse um pouco disso.

**SR. KLEBER ROBERTO DE LIMA SENISSE:** Presidente Valter, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, boa noite. É importante, quando o tema segurança pública é abordado, normalmente e em todo o cenário nacional, se trabalha com a União e o Estado, porque nós temos a Constituição, no art. 144, que fala que a responsabilidade é do Estado, inicialmente, mas também que, paralelamente, é de todos. Porém, a partir da Constituição, o Município ficou totalmente fora do processo da segurança pública. E nós

---

vemos, como falou o Presidente Valter, que tudo acontece no Município. O que nós temos de concreto em segurança pública é o cidadão que mora no Município. Mas, por força de entendimento, por força de conceito, nós ficamos com uma segurança voltada ao Estado e à União. Nós conseguimos entender que, sempre que se fala em modificação, em alteração, em novo processo de segurança pública, é sempre com os mesmos órgãos, com as mesmas instituições. Então, são velhos produtos com roupagem nova, mas o resultado continua sempre sendo similar ao que já foi colocado em prática. O novo que nós temos no País é o Município na segurança pública.

Se nós analisarmos Porto Alegre, Porto Alegre tem três crimes que nós consideramos o asfalto da criminalidade: o tráfico de drogas, o contrabando de armas e o comércio ilegal. A cidade de Porto Alegre não produz drogas, não produz armas e também não produz produtos que são comercializados de forma ilegal, principalmente produtos pirateados. Então, no entendimento, grosso modo, se nós cercássemos Porto Alegre, se nós fizéssemos em Porto Alegre o mesmo que nós fazemos em nossas residências – inicialmente, colocamos cercas; depois, muros; depois, arame farpado; câmeras de monitoramento, empresas de apoio e assim por diante –, nós teríamos o problema resolvido. Deu para verificar que essa não é a solução. A solução envolve os órgãos, envolve tecnologia, envolve inteligência, mas, principalmente, envolve a comunidade. Essa comunidade se acostumou, talvez por chavões que foram utilizados, a “se estiver sendo assaltado ou envolvido num ato criminoso, não reaja”, isso entrou no inconsciente e levou a população a pensar que, em momento nenhum, ela tem que reagir, quando são situações totalmente diferentes. Nós temos que entender que a população, o cidadão é o cliente da segurança pública, ele tem que participar, e todas as ações têm que ser feitas para ele. Todos os projetos, todos os programas têm que ter resultado, diminuindo qualquer incidência de indicadores, mas trabalhando com a raiz do crime. Nós, normalmente, vemos que indicadores que são trabalhados, como homicídio, por exemplo, não são raiz; furto e roubo de veículos não é raiz, e assim por diante. Nós temos que trabalhar na raiz dos crimes em cada Município.

Porto Alegre não tinha estrutura de segurança pública; tinha em termos organizacionais, porém não possuía estrutura. No Governo do Prefeito Marchezan, nós instrumentalizamos, estamos desenvolvendo ações para trazer o Município para dentro do Sistema Nacional de Segurança Pública. A inteligência está sendo instrumentalizada,

---

nós já temos a inteligência do Município dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência. No Ceic, que é um centro de coordenação com câmeras, na verdade, nós tínhamos um *video wall*, e hoje o Ceic passa a ser um órgão operacional; dentro dele está sendo implantado o Sinesp CAD, ou seja, um sistema de gerenciamento, de monitoramento. Nós fizemos a integração das câmeras da Prefeitura com o Estado e com a União e estamos agora iniciando o processo, a partir da semana que vem, da câmera colaborativa, ou seja, toda pessoa jurídica que tiver um sistema, uma composição de câmeras que visualize o logradouro, que visualize as calçadas, poderá fazer parceria com a Prefeitura, e nós teremos um *link* para acompanhar esses logradouros, essas calçadas, isso será importantíssimo para acompanhar a movimentação criminosa na Cidade. Ou seja, se numa determinada rua – cito a rua onde resido, Rua Dr. Mário Totta – chegar uma informação, tanto para o Estado quanto para a Prefeitura, que está acontecendo determinado delito, e nós tivermos nessa rua câmeras colaborativas, imediatamente nós podemos abrir imagens e fazer o acompanhamento. Também nas situações mais simples, como um dano ao patrimônio, uma pichação, nós poderemos utilizar essa imagem para responsabilizar quem está causando o dano.

Dentro dessa estrutura, hoje a Guarda Municipal é uma realidade. A Guarda Municipal era um órgão que cuidava do patrimônio público e de serviços; hoje ela atua em conjunto com as forças de segurança. Além disso, a Guarda Municipal de Porto Alegre é a única Guarda do País que tem o poder de fiscalização, uma lei aprovada pela Câmara de Vereadores, em que saímos de um patamar de 17 fiscais na Prefeitura para serviços de rua e hoje estamos com 400 fiscais. Os senhores e as senhoras devem ter acompanhado o horror que era o Centro de Porto Alegre com a venda de produtos ilegais; na semana passada, nós iniciamos uma operação continuada, de segunda a sábado, em cima de processos com o comércio ilegal, ou seja, responsabilidade que o Município tem condições de dar o retorno.

Uma outra situação importante: alvarás, licenças, e assim por diante, de diversificações criminosas que o Município tem capacidade de dar resposta, nós começamos a trabalhar nesse sentido. O Município, a partir desta gestão, entra ativamente no processo de segurança pública, porque nós não vemos uma modificação de cenário, se não for uma integração total dos órgãos com a comunidade, e o Município também como um ator importantíssimo. Obrigado.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Muito obrigado, Secretário Senisse, desejo sucesso. Na verdade, eu fui um dos defensores de que houvesse uma secretaria municipal de segurança pública e ordem urbana, para que o Código de Posturas, que é, na verdade, uma espécie de convenção desse condomínio que é a Cidade, pudesse ser cuidado pela secretaria. Tem a questão dos moradores de rua, que a gente não pode criminalizar, mas em certos locais vejo que deveria ter ronda da Secretaria, senão as pessoas vão para lá. No Viaduto Otávio Rocha, por exemplo, nós fizemos o Câmara na Rua e vimos ali – vários Vereadores viram –, às 8h30min da manhã, tráfico de *crack*.

**SR. KLEBER ROBERTO DE LIMA SENISSE:** Na verdade, o morador de rua, como um problema de saúde, um problema social, tem que ter uma ênfase, mas o morador de rua em Porto Alegre – se nós trabalharmos numa ordem de grandeza, em torno de quatro mil moradores –, em sua grande parte, também está envolvido num sistema criminoso. Hoje nós sabemos que os idosos, as crianças, muitas vezes, que vão ao mercadinho da esquina, são abordados e, quando fazem a compra do pão, do leite, tem que trazer também para o morador de rua. Não que sejam todos, mas nós temos o morador de rua hoje como um consumidor de droga proibida, também fazendo parte de uma cadeia criminosa. Então, a ação que começou a partir da semana passada, que o Prefeito Marchezan colocou em prática tem o viés social, o viés da saúde, mas também é importantíssimo dizer que a segurança faz parte desse processo.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, isso é importante. O Delegado Marcelo Picarelli, da Polícia Federal, está com a palavra. Agradeço muito a participação da Polícia Federal, não tivemos na primeira reunião, queremos manter isso, e obviamente sabemos que a Polícia Federal tem tarefas importantíssimas, entre elas o combate ao tráfico internacional de drogas. Não há nenhum pé, eu imagino, de cocaína que seja plantado no Brasil, e, infelizmente, como disseram as nossas autoridades, o grande vetor do crime numa cidade como Porto Alegre é o tráfico de drogas. Disse o nosso Major que os homicídios na região dele praticamente todos são pela disputa por pontos de distribuição e venda de drogas. Portanto, além de todos os outros crimes que temos visto

---

a Polícia Federal enfrentar cotidianamente, tem também essa tarefa. Delegado, obrigado pela sua presença, é importante essa articulação toda, a palavra é sua.

**SR. MARCELO SIMÕES PIRES PICARELLI:** Muito obrigado, Presidente da Câmara, obrigado pelo convite, é uma satisfação. Eu vou trazer algumas ideias a partir de estudo e de experiência. Eu sou Delegado Federal, eu cuido, atualmente, da fiscalização da segurança privada, mas fui técnico de planejamento no Estado antes de entrar na Polícia, então tenho experiência em planejamento e tenho mestrado na área de ciência política também. Grande parte da minha experiência, no que foi possível colocar em prática a questão de segurança pública, foi com o Coronel Kleber aqui, na Copa do Mundo. Eu era o Coordenador da Polícia Federal no Estado para a Copa, e ali ficou bem patente, bem claro que, sem integração, não há como dar conta das tarefas. A questão da segurança pública é um trabalho grande demais para só a Brigada dar conta, só a Civil dar conta, só o Município, só o Exército, ou só os Bombeiros; tem que ter uma integração efetiva, operacional. Isso nos trouxe algumas questões teóricas. O Estado brasileiro, os órgãos públicos e a sociedade têm que agir de uma forma racional para combater esse problema da criminalidade. O que é a forma racional? Quando cada uma das partes que compõem o sistema trabalha com objetivo em comum. Infelizmente, essa não é a realidade que nós vemos no Brasil, nós não vemos isso acontecer naturalmente, espontaneamente. Muitas vezes, com muito esforço, se consegue um pouquinho – não é, Comandante?

Eu sempre cito alguns casos. Perseguição criminal: a Brigada Militar prende em flagrante um cidadão infrator e apresenta na Delegacia de Polícia; na Delegacia de Polícia, é lavrado o auto da prisão em flagrante, com todos os trâmites legais; é comunicada a prisão para o Ministério Público, para o Judiciário, para a Defensoria Pública, quando não se tem um advogado presente; esse termo vai para o Judiciário, que julga, condena, sentencia ou não. Esse cidadão, muitas vezes, é recolhido para o presídio, e quem passa a cuidar do acompanhamento da pena é a Vara de Execuções Criminais, que nem foi a vara que condenou aquele preso. Sem falar de pastoral carcerária, serviços sociais, serviço de saúde, tudo.

Algo que eu pergunto sempre aonde eu vou: quem gerencia todo esse sistema? Quem é o gerente desse sistema? Alguém sabe apontar quem gerencia todo esse sistema? Eu não achei até hoje. São vários órgãos separados, cada um fazendo só a sua caixinha, só

---

o seu trabalhinho. Por isso é tão importante essa atividade do Município vir à tona e provocar os órgãos públicos e tentarmos dar uma resposta para a nossa sociedade, que é onde nós vivemos mesmo. Que tipo de resposta se pode buscar? Experiências exitosas de outros países, experiências que deram certo.

Tem várias experiências que a gente vê: nos Estados Unidos, vários estudos; na Colômbia, aqui ao lado, que melhorou muito com o tempo. O que eles fizeram lá que deu certo e que pode ser reproduzido aqui? Não vamos tão longe, São Paulo melhorou um pouco a segurança pública; assim como o Rio de Janeiro, com o trabalho das UPPs, que era exatamente o que o Delegado Juliano falou. O Poder Público tem que dominar o território; se não dominar, alguém vai fazer isso, e vai ser o poder paralelo, que são os traficantes. Por isso a ideia da Operação Avante é tão interessante. É preciso olhar os dados a partir da realidade, não da teoria; e, a partir dos dados da realidade, tentar influenciar a realidade, trabalhando com base nela. De exitoso, a gente também vê a atividade do Exército junto com a ONU. As forças de ocupação do Haiti estão indo para o Congo agora, com o general. O que se faz lá que dá certo? O que, dessa experiência, pode ser implantado, trazido para cá?

De tudo o que eu ouvi, pelo que eu conversei com os colegas, e tenho 15 anos de Polícia... O que é o ponto nevrálgico no combate à criminalidade que tem que ser feito, tratado de forma integrada, em conjunto, no estilo força-tarefa? É o combate às facções. As facções dominaram os territórios a partir dos presídios, e não se faz nada de criminalidade em qualquer canto da Cidade sem o aval de uma facção. Isso não vai mudar de uma hora para outra e não vai mudar por acaso. Infelizmente, o problema não é só falta de dinheiro; é, sobretudo, falta de gestão. Com pouco dinheiro, a gestão tem que ser mais eficiente. É antipático isso que eu falo por aí, mas, enquanto não se criam presídios, não se criam vagas em presídios, vagas decentes, que seres humanos possam habitar aqueles presídios, as facções manterão seu poder, porque as facções usam o sistema processual penal para arrecadar seguidores. É isso o que acontece, e isso não ganha eleição, não é um belo discurso, acontece que não se pode enxugar gelo.

O que a gente vê é que o sistema processual penal enxuga gelo. Um cidadão comete 15 vezes o mesmo crime, e toda máquina do Estado é ativada, quer dizer, o policial prende, apresenta na delegacia, vai para o Judiciário, para o Ministério Público, tudo isso tem um custo, pessoal, tudo isso custa dinheiro. Depois de tudo isso, aquele cidadão, em poucos

---

dias, está na rua de novo, comete o mesmo crime no mesmo local, e toda máquina estatal vai lá ser mobilizada. Nunca vai dar certo isso. Agora, como é que vamos mudar? Ninguém tem fórmula mágica. É preciso integração, trabalho conjunto, com objetivos claros, em comum, declarados e com a participação da sociedade. Sem a sociedade, é que nem querer dominar um território ocupado numa guerra da Síria. Temos que conquistar corações e mentes, que é o que nós vemos o Exército Brasileiro fazer muito bem nas ocupações internacionais, só que nós temos que fazer isso aqui, na nossa Cidade. Ou vai ser isso, ou vamos ter que nos mudar de Cidade, de País. Isto está acontecendo: um grande êxodo de cabeças pensantes, pessoas com mais poder aquisitivo fugindo do Brasil. Cansaram, não dá mais. Agora, se nós, todos os órgãos públicos, conseguirmos sentar, dialogar e nos comprometer com algo que é realmente relevante, que a população enxergue como relevante, aí, quem sabe, poderemos ver uma luz no fim do túnel. Muito obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Delegado Picarelli. Acho que o senhor deixa aqui para nós um desafio, que eu entendo como um repto, uma provocação. Se isto acontecer, eu, a Câmara de Vereadores e o Legislativo já nos daremos por satisfeitos, teremos nossa tarefa cumprida, que é promover essa situação, uma composição permanente em que todos sentem e discutam os problemas.

Uma vez nós trouxemos aqui, há quatro anos, o Delegado Beltrame, quando implantava as UPPs no Rio de Janeiro, e o ex-Secretário de Segurança do Espírito Santo – também tinha sido diretor do Depen –, que resolveu o problema prisional no Espírito Santo. Uma das coisas que a gente viu foi um trabalho de inteligência importante. Identificavam as manchas criminais e verificavam em quais dias do mês, em quais locais aqueles crimes aconteciam, e, então, os poucos recursos humanos das polícias era alocados especificamente naqueles dias, quando se sabia que haveria mais crimes num determinado bairro da cidade. Por exemplo, na primeira quinzena, quando os aposentados recebiam o salário, se sabia que, na volta daqueles bancos – Caixa Econômica Federal e outros mais –, haveria uma determinada incidência de crime, então a Polícia e os recursos eram alocados ali. Esse é um trabalho de inteligência que é fundamental e depende de articulação. Se a Brigada não tem o contingente, se a Polícia Civil não tem, se a Polícia Federal não tem, somando todos, junto com o do Município, a

---

gente consegue aumentar muito a nossa capacidade. Então, se isso acontecer, uma maior articulação, como acontece nos grandes eventos, eu consideraria, como Poder Legislativo do Município, a nossa missão cumprida.

A outra questão que o delegado nos trouxe aqui é a grande esfinge do problema criminal brasileiro, que é o sistema prisional hoje em dia. Eu vejo que a autoridade tem medo de mexer nos presídios, porque, deixando como está, pelo menos não tem uma rebelião; se mexer, no dia seguinte ocorre uma rebelião. Então o cara entra lá, recebe missão, tarefa; quando sai, tem que trabalhar para o crime organizado que está lá dentro, e a gente sabe que lá dentro é dominado. Quem conhece aqui o Central – eu advoguei –, de um determinado ponto para dentro, não tem o Estado, os carcereiros são os próprios presos. O Estado não entra dali para dentro. Então é o testemunho maior de que o sistema é dominado pelas próprias organizações do crime, do estado paralelo, é disputado entre Os Manos, Os Brasas, os Bala na Cara, os Antibala, etc.

Tomara que a gente resolva o problema dos presídios. O Brasil já tentou um sistema de presídios industriais, não sei por que não avançou; também um sistema de presídios agrícolas, não sei por que não avançou; quanto a um sistema de presídio privado, há uma discussão ideológica muito grande se pode ou não pode ter, se é a Susepe, e ela não quer que tenha. Então, entram os interesses corporativos. É uma grande discussão que merece por si só um painel de todos para falar sobre o sistema prisional. É muito complexo.

Mas agora entramos no nosso Exército Brasileiro, e, a partir do Exército, as Forças Armadas. O Exército está tendo um papel importante no Rio de Janeiro, num sistema de intervenção, mas não é só lá, tem esse sistema legal da GLO, que são as operações de Garantia da Lei e da Ordem, que o Exército Brasileiro também tem a tarefa legal e constitucional de assumir muitas vezes. Major Marques Ferreira, eu gostaria muito de ver as nossas Forças Armadas nas fronteiras do Brasil, especialmente as fronteiras secas. Acho que isso é um desafio para frente. Eu sei que às vezes há uma resistência, a tarefa constitucional e legal das Forças Armadas não é bem essa, mas, quem sabe, um dia a gente consiga. Eu tenho certeza de que todo mundo enxerga o Exército Brasileiro e as Forças Armadas, assim como os Bombeiros, a Polícia Federal, a Polícia Civil e a Brigada, como instituições que merecem o nosso respeito. Então eu quero lhe agradecer e

---

perguntar o que nós podemos estabelecer de mais sinergia ainda, como é que o Exército Brasileiro pode continuar fazendo o que faz mais e melhor.

**SR. RAFAEL MARQUES FERREIRA:** Obrigado pelo convite, Presidente. A Constituição Federal, no art. 142, elenca perfeitamente as missões das Forças Armadas, complementado pela Lei Complementar nº 97. O Exército, dentro do escopo da Segurança Pública, tem atuado nas faixas de fronteira. Sobre isso que o senhor nos solicitou, nós temos planejamento sistemático de operações na área de fronteira. Trimestralmente, nós fazemos operações na área de fronteira, e essas operações são, muitas vezes, apoiadas pela Polícia Federal, pela Receita Federal, pela Polícia Rodoviária Federal. Então, hoje, o Comando Militar do Sul tem uma experiência muito grande nessas operações de faixas de fronteira. Os recursos vêm do Ministério da Defesa, e nós estamos fazendo essas operações nas faixas de fronteiras. Sobre essa solicitação, a nossa parte para ajudar a Segurança Pública é essa vigilância nas fronteiras.

Sobre a integração, e foi-nos solicitado falar sobre a integração, o Delegado falou muito bem aqui: a Copa do Mundo mostrou que o Exército conseguiu, perfeitamente, se integrar ao sistema de segurança pública, e aqui, na cidade de Porto Alegre, como sede da Copa do Mundo, essa integração foi muito perfeita, tudo funcionou perfeitamente, cada órgão com a sua sinergia, na sua área de atuação, e o Exército estava ali como uma força de contingência. É o que o Exército, em cima das leis e da Constituição Federal, pode ajudar na segurança pública.

Nós estamos na intervenção do Rio de Janeiro, não o Exército como do Rio de Janeiro, a intervenção é federal, o interventor é militar, e as operações de GLO que estão ocorrendo no Rio de Janeiro já eram anteriores à intervenção. Então lá no Rio de Janeiro tem intervenção, e o interventor é o militar, e as operações militares de GLO continuam acontecendo. Então, às vezes, parece que a intervenção é militar, e a intervenção é federal. As operações GLO nós já fizemos algumas aqui no Estado, na Copa do Mundo, mas no Rio de Janeiro é um caso bem aparte, onde tem uma outra estrutura dentro da intervenção, onde os órgãos da segurança pública do Rio de Janeiro começaram a receber alguns militares para ajustar a sua gestão. Já foi abordado aqui que precisamos de gestão na segurança pública, e essa gestão é integrada. Eu acredito que a grande missão lá é essa integração. Essa integração, aqui no Rio Grande do Sul, já se mostrou

---

que é real, acontece todos os dias, aqui funciona muito bem a segurança pública nesse aspecto da integração dos órgãos de segurança, também quando é acionado o Exército Brasileiro. Para finalizar, o Exército tem feito operações na faixa de fronteira para coibir o contrabando, tráfico de drogas e tráfico de armas. Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Major. Eu queria que o senhor levasse um abraço ao nosso novo Comandante Militar do Sul, General Miotto, que foi Comandante Militar da Amazônia. Lá na Amazônia, disse-me o General Miotto, é praticamente permanente esse enfrentamento e as escaramuças ao longo do sistema hidroviário da Amazônia com o tráfico e com as FARC também. Então, obrigado pela sua presença.

A Aeronáutica, acho que faz umas duas semanas, pela primeira ou segunda vez interceptou e derrubou um avião que resistiu ao comando para que seguisse a lei do abate. A gente precisa compreender isso, tem que criar um sistema – os políticos no Brasil – que dê mais segurança para o militar poder atuar da forma que precisa atuar. Hoje em dia o militar está muito suscetível a se incomodar, a não ter mais as suas promoções e a ter uma série de problemas, por exemplo, no Rio de Janeiro, se ele tiver um enfrentamento com o tráfico, que está usando arma de guerra na rua, e o militar tem o justo receio, vai responder um IPM, com certeza, pode ter um problema na sua vida funcional. Se a gente não der meios e garantias para que o militar possa atuar, não adianta.

O Sr. Ingo Lüdke, representante do Corpo de Bombeiros, está com a palavra. Os bombeiros também têm a tarefa de trabalhar na segurança, porque segurança é também prevenção. E agora vimos esse problema em São Paulo.

**SR. INGO VIEIRA LÜDKE:** Boa noite a todos. Cumprimentando o Presidente da Mesa, cumprimento os integrantes e a comunidade presente neste importante debate. O Corpo de Bombeiros teve a sua emancipação da Brigada Militar em outubro de 2017. Então, estamos começando a crescer como instituição independente. Diferente dos outros órgãos de segurança pública aqui presentes, que lidam muito com o crime, com a delinquência, o Corpo de Bombeiros trabalha numa outra esfera da segurança pública, a partir do momento em que a gente faz a análise e a inspeção do plano de prevenção,

---

análise estrutural e de segurança contra incêndio, toda a questão de defesa civil que nós atuamos, a questão do próprio combate ao incêndio, que foi muito bem exposto agora em São Paulo, ficou muito visível para todo mundo o que um incêndio catastrófico traz de impacto numa comunidade.

Eu sou o Comandante da Companhia Especial de Busca e Salvamento, que tem sede ali no Cais do Porto, e nós ainda temos uma missão especial que é fazer a segurança do Porto de Porto Alegre na parte da segurança hidroviária, aquaviária, com a movimentação das embarcações que fazem o transporte aquaviário de Guaíba para Porto Alegre. Nós temos um forte *link* com a Polícia Civil, naquela nossa corporação ficam os cães de busca e salvamento para busca de pessoas desaparecidas vivas ou mortas. Damos um apoio grande nessa parte de segurança voltada para a área policial. Na área de mergulho, a gente faz busca não só de pessoas, mas também de bens que, porventura, seja necessário fazer para compor algum procedimento policial.

Porto Alegre possui sete estações de Bombeiros, mais a Companhia Especial de Busca e Salvamento. É importante salientar que essa parceria com os órgãos policiais traz um grande ganho para a sociedade, um grande ganho para a comunidade de Porto Alegre, a partir do momento em que a polícia pode se focar mais no seu serviço. A Brigada Militar também tem cães de busca, só que com um foco mais direcionado para drogas, entorpecentes. Então, os bombeiros lidam mais com pessoas vivas e mortas. A partir da nossa emancipação, estamos iniciando um processo de análise do nosso tamanho, da nossa corporação, para que a gente consiga se colocar no cenário gaúcho e porto-alegrense de forma a atender a todos, no que tange, principalmente, ao combate a incêndio, à prevenção. No último ano, a gente conseguiu diminuir bastante os prazos em relação ao tempo de análise e aprovação de planos de prevenção, o que é de extrema importância a partir do momento em que a gente consegue dar segurança aos locais que são frequentados pelo grande público, em grandes eventos, *shopping centers*, supermercados, enfim, todo local público que precisa do aval do Corpo de Bombeiros no que tange à prevenção contra incêndio, que é tão importante.

Acho que, de minha parte, falando do Corpo de Bombeiros em apoio... Eu vi que o foco aqui é bem a questão da delinquência de Porto Alegre, do crime, de como a gente pode trabalhar junto para diminuir esses índices negativos que se apresentam não só no Rio Grande do Sul, mas principalmente no Brasil. O Corpo de Bombeiros é parceiro de todos

---

órgãos policiais, de todos os órgãos governamentais, está à disposição. Parabéns pela iniciativa de tamanha importância, em que assuntos importantes, fundamentais podem ser discutidos. O Corpo de Bombeiros é um parceiro à disposição para o que for necessário. Muito obrigado.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Major Ingo Vieira Lüdke. O Sr. Ildo Enor Rodrigues de Almeida, representando a Agenda 2020, está com a palavra.

**SR. ILDO ENOR RODRIGUES DE ALMEIDA:** Boa noite a todos, muito obrigado pelo convite. Gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Mesa, autoridades presentes, senhoras e senhores. Estou aqui hoje representando a Agenda 2020 – nosso Diretor Executivo não pode comparecer –, coordeno o Fórum Temático de Segurança Pública e Ações Integradas. Fala-se tanto em integração. Costumo dizer que trabalhamos, a cada 15 dias, para o Estado do Rio Grande do Sul, de 2 a 3 horas, dependendo do desenvolvimento da reunião; doo ao Estado e à população gaúcha conhecimento da minha trajetória de 50 anos na área de segurança, que abrange segurança nacional, quando das Forças Armadas; segurança pública, quando da polícia do Exército, também segurança privada, por 20 anos, dentro de uma refinaria e, hoje na área acadêmica, formando profissionais na área de segurança, em nível de graduação e pós-graduação.

Pois bem, o que eu tenho de novo? O que se está fazendo? A gente ouviu aqui o que está sendo feito, mas ouvimos também que é importante ter experiências de outras comunidades, sociedades, de outras nações, de outros povos. Costuma-se dizer que a violência sempre existiu, mas, nós, na Agenda 2020, trazemos algo novo. Por exemplo, em julho, acredito que possa ser durante o mês de julho, vamos trazer uma experiência de São Paulo em que eu discutia com o General Edson, que foi Secretário de Segurança aqui da nossa Cidade, com o Brigadeiro Dias, que é conhecido, é amigo particular do Ver. Valter Nagelstein. O que acontece? Nós precisamos discutir esse assunto. A sociedade precisa ouvir mais sobre segurança, porque, do contrário, ela não vai conseguir contribuir. Eu estou neste cenário de trabalho voluntário para a Agenda 2020 há oito anos, e, agora, na coordenação, a gente fez algumas substituições, ou seja, quem era o nosso Diretor Executivo hoje é um Secretário de Estado, o nosso amigo Ronald Krummenauer. Então, ocupando este espaço, agora trago a experiência da segurança privada, e se fala em

---

integração. Por que até hoje não se oficializou a contribuição desse contingente enorme que temos em segurança privada? São todos oriundos, senão todos, mais de 99,9%, das Forças Armadas. Nós temos marinheiros, PMs, militares do Exército, enfim, de todas as Forças. Essas pessoas hoje estão em posições-chave em algumas organizações, vou citar algumas: Petrobras, Gerdau, Braskem, Souza Cruz, tenho a felicidade de ter aqui colegas que foram da MBA comigo.

Então, esse contingente está espalhado em pontos estratégicos na Cidade, e em cada quarteirão nós temos um auxiliar de segurança privado em uma portaria. Durante as 24 horas do dia, seja sábado, seja domingo, estamos com um contingente enorme de veículos nossos, que até poderiam ser chamados de viatura, equipados com GPS, com rádio. Nós, fazendo essa integração, teremos o dobro ou o triplo de agentes cuidando da população gaúcha.

Por que digo o dobro ou o triplo? Porque, se tomarmos hoje todo o contingente das policias militar, civil, federal, forças armadas – Aeronáutica, Marinha ou Exército –, teremos a metade do contingente que temos com agentes privados de segurança. Nós temos hoje, guardadas algumas nuances de períodos de crise, cerca de 300, 350 mil pessoas trabalhando na área de segurança pública. Na segurança privada, oficialmente, temos mais de 700 mil; extraoficialmente, chega a 3x1!

Eu gostaria de convidar todos para estarem se engajando nesse processo da Agenda 2020, saber o que é, o que é feito, porque assim vamos poder contribuir para melhoria da qualidade de vida de todos os gaúchos. Temos fóruns temáticos em segurança, que é o que eu coordeno, em educação, saúde, infra-estrutura, agronegócio. Então, muitos projetos que o Estado recebe pronto são produzidos lá por técnicos, por pessoas que fazem pesquisas e elaboram os projetos.

Não sei se alguém tem alguma pergunta para fazer a mim, estou à disposição. Muito obrigado, parabéns, mais uma vez, pela iniciativa de promover esta audiência pública. Sejam todos muito bem-vindos. (Palmas.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, lldo.

**SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES:** Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro da presença do Sr. João Henrique Remião de Macedo,

---

representando o Comjus; do Sr. Antonio Marcos Fontes de Arruda, representando a TB Forte.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Senhores, de novo quero reiterar que há espaço para inscrições. No dia 28 de maio vamos ter, na área do 1º BPM, uma próxima audiência com a jurisdição daquela região, que pega quais bairros, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia? Padre Cacique, Azenha... Eu quero aproveitar que estão aqui várias lideranças setoriais para que nos ajudem. Obviamente queremos a ajuda de estudantes, todo mundo que está vivendo o problema da segurança nas diversas faces desse problema.

Agora, como o Ildo falava, lembrei de uma experiência que tive nos Estados Unidos: um dia, entrei em uma loja do Walmart, nós estávamos fazendo uma missão oficial a São Francisco, na Califórnia, visitando lá o Vale do Silício, e aí, Comandante Senisse, havia um policial fardado dentro do supermercado. E eu vi que ele não estava no serviço de polícia do Estado, que ele estava fazendo um serviço de polícia privada ali dentro, com farda. Estava de farda, como se o major estivesse ali dentro. E aí fui ali perguntar como era. No horário de folga, em alguns lugares, eu acho, porque lá o conceito de federação funciona, é muito de estado para estado, ele pode – eu estava perguntando aqui para o major como é que está a escala hoje, porque antes era de 12h por 24 horas –, então, naquele período em que a folga é maior, o policial pode complementar o seu salário, por exemplo, trabalhando fardado dentro de uma instituição privada. Aqui, no Brasil, não se consegue fazer isso porque as pessoas enxergam essa confusão do público e do privado. Mas a presença ostensiva de um a gente do Estado fardado ali dentro tem esse caráter dissuasório enorme; ele coíbe o criminoso. E talvez seja uma coisa que no futuro possamos discutir. Eu sei que há muito preconceito com relação a isso, e inclusive se o policial fizer isso ele responde ao IPM, hoje.

Creio que é uma discussão que tem que ser posta e eu quero, de imediato, convidar o Felipe Caleffi, que vem aqui pela Squadra e é um dos grandes *experts* hoje em segurança, faz grandes eventos aqui na Cidade, para que contribua conosco, muito obrigado pela presença.

**SR. FELIPE CALEFFI:** Obrigado, Presidente, eu estou aqui representando a Squadra Gestão de Riscos, como o Presidente falou; eu não sou especialista em segurança, mas a

---

Squadra é especialista. Lá nós contamos com o Rocha, que trabalha com a gente, que é especialista em segurança; tem o Gustavo, que é meu sócio número um, tem o Leandro, só que ele está em viagem esta semana, ele é engenheiro.

Nós, na Squadra, já há quase 15 anos, trabalhamos em área de segurança privada. A gente sabe das dificuldades que toda a entidade pública tem no Brasil, e é por isso que a gente está discutindo isso aqui, por essas dificuldades todas que a gente tem de não conseguir levar a segurança necessária para a população lá na ponta.

De um tempo para cá, identificamos que a Squadra, como um ente privado, deveria participar ativamente, auxiliando a segurança pública, o ente público de alguma forma. Além de algumas outras formas que a gente atua, seja via conversas com entidades públicas, nós desenvolvemos uma ferramenta –, e eu não estou aqui para fazer propaganda porque é uma ferramenta completamente gratuita –, e gostaríamos que mais pessoas pudessem conhecer e utilizar a ferramenta, porque será bom por todos esses motivos que vocês comentaram aqui até agora, que é a questão de integração, a questão de tecnologia, questão de gestão, e, principalmente, a questão de prevenção. A prevenção é uma questão que, no Brasil, é muito pouco utilizada em todos os ramos; atuamos muito no sentido reativo, da reação. Então, é importante colocarmos na população como um todo, e um quesito que foi bastante comentado aqui, principalmente pelo Secretário, que é a questão da colaboração. Então, enquanto o cidadão brasileiro não se der conta de que ele precisa participar para mudar essa realidade que nós temos hoje no Brasil, nós não vamos chegar a lugar algum. Se a gente esperar só que o ente público venha resolver o nosso problema, nós vamos continuar tendo mais do mesmo, que é o que a gente vem tendo todo esse tempo.

Então, para quem não conhece ainda é Be On, que é uma ferramenta 100% gratuita. Esse é um presente, entre aspas, que a Squadra há um ano e meio começou a desenvolver para doar para a sociedade brasileira. Toda pessoa que tem esse aplicativo no seu celular recebe todos os alertas que forem colocados por outros usuários no raio de um quilômetro do local em que ela esteja. Vamos dizer que nós estamos aqui, agora, se a gente olhar o raio de um quilômetro aqui em volta, se qualquer pessoa incluir um alerta, seja um alerta reativo, como a gente falou aqui, que já tenha acontecido um assalto ou qualquer outro tipo de crime; ou não, alguma pessoa suspeita que esteja parada num veículo aqui na frente, ou uma pessoa suspeita que esteja consumindo entorpecente aqui

---

na frente. Quem estiver no raio de um quilômetro da pessoa que fizer o alerta vai receber esse alerta no seu celular. Um exemplo: estou me deslocando para a minha casa agora, se acontecer alguma coisa no local que eu tenho cadastrado que é a minha residência ou a escola do meu filho, ou meu local de trabalho, eu vou receber um alerta e vou saber o que está acontecendo naquela região e não vou me deslocar para aquela região. Então, isso vai fazer com que eu, preventivamente, evite ser mais uma vítima. Existem várias funcionalidades dentro da ferramenta, eu não vou ficar aqui gastando o tempo de todo mundo. Quem tem qualquer celular que seja Android ou iOS pode entrar na Store lá e baixar o aplicativo “Be On” – gratuito, não tem cobrança nenhuma. Hoje, nós já estamos com 16.500 usuários ativos. Temos mais de 1.300 alertas criados instantaneamente pelas pessoas. Desses 16.500, quase 11 mil são usuários de Porto Alegre e o resto estão distribuídos no País. Quase 90% é no Estado do Rio Grande do Sul, mas a gente já tem pessoas fora daqui utilizando. Como eu falei no início, o importante é a colaboração. Se a pessoa baixar e não colaborar, ela não estará auxiliando na sua comunidade. Então, o importante é nós, como cidadãos, como usuários, nos darmos conta de que nós temos que auxiliar o nosso vizinho, o nosso parente ou o ente público. Se não for assim, não vamos chegar a lugar algum, vamos continuar tendo essa realidade, essa criminalidade que nós temos na rua. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Muito obrigado. Eu já estava usando aqui e é fantástico. Quero cumprimentar. O Secretário está dizendo que está tendo um nível de interação lá com vocês também. Então, quem ainda não baixou, acho que deve fazê-lo. Quero registrar a chegada da nossa Vice-Presidente, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. O Sr. Frederico de Medeiros Cosentino, do Partido NOVO, assessora o nosso Ver. Felipe Camozzato, está com a palavra.

**SR. FREDERICO DE MEDEIROS COSENTINO:** Boa noite, Presidente, aqui estou representando o Ver. Felipe Camozzato, também do Partido NOVO, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. As crises, muitas vezes, nós trazem algumas oportunidades, e tanto a crise política quanto a crise econômica nos permitiram debater mais a fundo, trazer mais a participação da sociedade para a política nas questões econômicas. E nas questões de segurança não é diferente. Hoje há iniciativas da sociedade civil organizada, das

---

empresas, o Instituto Cultural Floresta está dando um belíssimo incentivo para o Estado do Rio Grande do Sul. Porque o nível de insegurança que nós tivemos no Brasil, não é opor acaso, temos que buscar soluções. Quero fazer uma referência... (Problemas técnicos no som.) Existe um mito, uma falácia de que o Brasil prende muito, o que na verdade é uma grande mentira. O Brasil prende pouco e prende muito mal, porque não ressocializa e não pune, apenas coloca os indivíduos dentro de masmorras, de onde saem cada vez mais perigosos. Então, uma rápida manifestação. Parabéns, Ver. Valter Nagelstein, pela iniciativa. Muito legal ver essa sala cheia, com a sociedade civil participando. Temos um ano eleitoral pela frente e eu espero, não tenho dúvida, tenho a expectativa de que a grande pauta seja a segurança pública, que é, hoje, o grande problema do Brasil. Obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, Frederico. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB):** Boa noite a todos. Cumprimento aqui o Presidente Ver. Valter Nagelstein, em nome de quem saúdo todos desta Mesa superqualificada, com integrantes de cada um dos órgãos da segurança pública, e aqui vemos todos mesmo: Polícia Civil, Brigada Militar, Bombeiros, Secretário de Segurança do Município, Polícia Federal, Exército. Fico muito feliz de ver esta Mesa repleta de autoridades de segurança pública que, com certeza, falam com legitimidade, falam com compreensão. Não são teóricos da guerra, Delegado Juliano, são da prática, e isso é que é importante. Eu vim aqui mais para escutar. Uma audiência pública é feita para que as pessoas da região... Nós vemos, Major Marlon, que as reclamações, as ansiedades, as percepções de insegurança são grandes na comunidade como um todo, mas infelizmente na hora de ouvirmos as reivindicações, de nós ouvirmos quais são os problemas, de nós ouvirmos exatamente o que precisa a comunidade, nós não vemos... E isso não é aqui apenas, isso tem acontecido nas nossas audiências públicas, e aí que vai a minha fala: segurança pública é um grande guarda-chuva que é composto num primeiro momento por esses senhores aqui que estão representando cada uma das instituições, mas também é a comunidade organizada. E um grande problema que eu vejo da segurança pública, e eu falo com legitimidade, primeiro por estar muito feliz, Presidente, de estar aqui no 19º

---

Batalhão que tive a oportunidade de comandar por anos e sei da área conflagrada, do tráfico que aqui tem e sei da necessidade das comunidades aqui, mas não vejo essas comunidades aqui presentes. Muitas pessoas reclamam, mas, na hora de nós trabalharmos juntos, poucos aparecem. E isso é uma das coisas que eu digo, segurança pública não se faz apenas com os órgãos que estão aqui, mas principalmente com as pessoas unidas, e aqui eu vejo o Comjus, que está aqui, e o João tem sido um representante quase que diário nas nossas audiências, lá na Câmara de Vereadores. Este é um momento que as pessoas não precisam ir lá na Câmara, porque a Câmara vem aqui, vem à região em que as pessoas pedem segurança pública. E aqui hoje, como Vereadora, fui Tenente Coronel da Brigada Militar por 28 anos, nós sempre tivemos essa dificuldade, Presidente, quando a Brigada Militar chama para alguma reunião, poucas pessoas aparecem, mas quando o problema dá, muitos gritam.

Então é o momento da segurança pública, parar, Delegado, e dizer assim: nós queremos apoiar; a comunidade quer apoiar, começando a valorizarem os seus policiais, sejam militares, sejam civis. O que nós vemos, na grande maioria, Major Marques Ferreira, são pessoas reclamando dos atendimentos, e poucas valorizando aquilo que se faz, seja na Polícia Civil, seja na Brigada, seja nos Bombeiros, seja na Guarda Municipal, Secretário Kleber. Então, eu acho que nós perpassamos primeiro por uma retomada do que nós precisamos. Nós precisamos de uma segurança, realmente, de instituições fortes, que trabalhem com prevenção, mas a repressão também é necessária. E essa repressão tem que ser abraçada também pela comunidade, porque aquele coitadinho, e via muitas vezes falar que aquele que é preso pelo comércio ilegal: "Coitadinho, só está tentando conseguir alguma coisa na vida!" Cresce, o crime cresce, gente. Ninguém sai matando, ninguém é homicida já do início. São pequenos furtos, posse de entorpecente, tráfico, latrocínio e aí vai. As nossas legislações penais, do processo penal, estão arcaicas! São de 1930 e 1940, como disse o nosso representante da Polícia Federal. E enquanto nós não conseguirmos fazer essas mudanças que são reais e necessárias para salvaguardar o que esses homens, e quando eu digo isso são as instituições que estão fazendo, para que não se tenha retrabalho, vão continuar enxugando gelo. Porque não adianta a Brigada Militar cinco, dez vezes prender o mesmo homem; a Polícia Civil dar o flagrante, autuar, e muitas vezes esse criminoso, esse contraventor sai antes, porque é uma legislação que é permissiva.

---

Eu trago uma fala de que nós, comunidade, temos que fazer a nossa parte também, que é participar! É o momento de aliarmos os desejos dessa comunidade que está insegura, pedindo por mais segurança para que a gente possa fazer as polícias mais fortes e que elas possam atuar na completude das suas atribuições legais e constitucionais, e que possam, sim, dar a segurança necessária que as várias comunidades querem e de formas diversas. A atuação da Brigada no Partenon vai ser diferente da atuação da Brigada lá na Vila Mapa, que vai ser diferente lá da Bela Vista. O Delegado de Polícia Juliano vai atender diferentemente aqui um tipo de ocorrência que é lá no Cristo Rei, lá no Belém Novo, e nós temos que conhecer, Presidente, por isso parabênzo a Câmara por estar aqui tentando conhecer um pouco mais as necessidades dessa comunidade que muito necessita e que pouco fala hoje.

Então muito obrigada pela oportunidade e parabéns a todos os integrantes dessas fortes instituições que aqui estão, e que continuem, não desanimem. Pelo menos na Câmara de Vereadores, esses Vereadores que estão aqui irão apoiá-los. Muito obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Obrigado especialmente pela parceria. Aliás, eu tenho duas Vereadoras aqui que tem sido extremamente parceira sempre, a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, como uma profissional, comandante, uma mulher que quebrou paradigmas e que tem me ajudado muito, e não é diferente a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que também é a nossa Vice-Presidente, é minha Vice-Presidente, tem me substituído lá, agora, quando cheguei aqui, estava o Doutor Antônio Weston que foi o meu cirurgião, recebendo-me aqui. Eu fiquei 20 dias em licença médica por uma cirurgia, e a Vereadora...

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** E eu cuidei da Câmara.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** E a Vereadora cuidou da Câmara e cuidou muito bem. Obrigado, a palavra é sua.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa noite a todos, eu queria só justificar o meu atraso. A Senadora Ana Amélia estava aí e fez uma reunião com o Partido, e como sou membro do PP já há muito tempo, tive que me dedicar a essa reunião. Mas o que eu pude

---

escutar e principalmente da minha colega Nádia é essa questão da grande preocupação das demandas. A gente sempre que vem a uma audiência pública, o nome por si já diz, tanto que eu sentei aqui e perguntei: onde estão os pedidos, as reclamações, as demandas, enfim, porque a gente sabe que são muitas. Segurança pública é o clamor da sociedade, mas eu vou por essa linha, em 2006, quando eu fui candidata ao Senado, eu tinha duas preocupações, vejam bem, isso faz 12 anos. Eu dizia que o Código Penal, que é de 1940, tinha que ser completamente reformulado, porque nós tínhamos penas leves demais. Nós temos que ter penas severas para crimes violentos. E concordo plenamente com a Ver.<sup>a</sup> Nádia, nós pensamos muito parecidas nessa questão. E não só isso, somente agora que criaram o Ministério da Segurança. Isso em 2006 eu já dizia, eu acho que a gente não tinha que ter Ministério da Pesca, e sim tinha que ter Ministério da Segurança. Então vejam bem, quanta coisa poderia ter sido evitado, tem que ter um plano de segurança pública nacional, um projeto de segurança pública. Nada se faz sem segurança pública. Vejam bem, o comércio, para funcionar, o comerciante, para abrir as portas, precisa de segurança pública; um posto de saúde, para funcionar, precisa de segurança pública, pois é o médico que precisa chegar, é o paciente que também tem que ser atendido; uma escola para poder funcionar, para receber os seus professores, os seus alunos, precisa de segurança pública. Então nada acontece sem segurança pública, mas com segurança pública tudo prospera. Só que nós estamos muito, muito atrasados. Porque todos os governos, incluindo o meu partido, ninguém priorizou a segurança pública. Nós perdemos o direito de ir e vir com segurança, direito básico do cidadão. Isso não tem mais hora, não tem mais bairro, não tem mais dia, acontece a qualquer momento, em igrejas, restaurantes. Temos de dar um basta nisso. Por isso, quero dizer a vocês que é prioritário, temos que viger sim. E eu tenho um pouco de implicância com algumas coisas, com a que diz que todos têm de ajudar na segurança pública. Na Constituição botaram uma vírgula: “Segurança é dever do Estado, responsabilidade de todos”. Segurança pública é dever do Estado e direito do cidadão de bem, cumpridor de leis. Essa é uma questão que nós temos de refletir, nós temos de pensar nos próximos governantes. E toda a questão que vem pela frente, quem vai comandar este País tem de apresentar uma solução para esse clamor da sociedade, isso também para quem vai comandar o Estado, para os nossos representantes. É muito importante.

---

Eu não conhecia as demandas do bairro, a Nádia e as pessoas me falaram. Então, quero dizer para vocês que tenho me debruçado muito sobre essa questão e quero deixar aqui um recado: quando a gente escuta alguém dizer que a polícia prende e o judiciário solta, a polícia faz a sua parte. O Rio Grande do Sul só não está pior, porque tem valorosos agentes da segurança pública, tanto da Polícia Civil, quanto da Brigada Militar. Se eu estivesse no comando da segurança pública, vocês podem ter certeza de que a primeira coisa que eu faria não seria deixar carros, viaturas maravilhosas paradas e sem uso. Eu faria com que essas viaturas fizessem abordagem, porque isso funciona. O bandido, o meliante, o cara que está andando tem de ser abordado. Tem-se de trazer segurança para a população.

Bem, não vou me estender Presidente, pois, como filha de bom soldado, sou cumpridora das normas aqui e sei que tem um tempo. Gostaria de agradecer a presença de todos, cumprimentar, mais uma vez, esta Mesa, o Delegado Juliano, que está aqui ao meu lado, a Brigada, a todos, enfim, que fazem parte – assim como eu, a Nádia, o Valter – e estão preocupados com a nossa segurança. Obrigada.

**PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB):** Obrigado, nossa Vice-Presidente e futura Presidente. Antes de terminar, quero dizer que o nosso Major Marlon pediu para registrar que a EPTC, a Guarda Municipal e a Polícia Civil têm sido extremamente integradas e colaborativas com a Brigada Militar, e o Município tem ajudado muito. Vejo jovens universitários aqui, gostaria que vocês divulgassem a nossa audiência e que ajudassem para que tenhamos mais jovens aqui para discutir essa questão. Fica aberto aqui para vocês participarem também, para trazerem a visão de vocês para dentro desse colegiado, para sabermos como vocês enxergam o problema da segurança, o qual acho que também aflige o jovem. Eu tenho uma filha de 23, outra 16 e um menino de 7 anos, e, certamente, o futuro que eu quero para eles não é esse. O nosso delegado disse aqui que o jovem quer ir embora do Brasil. Eu tenho uma irmã que mora na Austrália exatamente por isso. Ela foi morar lá, porque aqui é uma loteria. A gente não sabe se vai estar vivo no dia de amanhã. Eu tinha um irmão meu, 18 anos, na frente da minha casa, às 19h30min, a gente ia para a PUC todos os dias juntos, isso em 1991. Quando ele chegou na minha casa, tinham dois caras parados na esquina, abordaram ele, ele tentou sair correndo, e deram um tiro e mataram o menino, que era filho único, era uma pessoa muito querida e

---

matarem por nada. E assim são 60 mil pessoas todo ano. Assim são 40 mil mulheres estupradas no Brasil todo ano. Conforme a Comandante Nádia, a gente fica muito sentido, quando faz uma audiência e envolve tantas pessoas importantes e a comunidade, que deveria estar aqui mobilizada, não está. Mas por outro lado, quero reconhecer os que estão aqui, vocês que saíram de casa, são 21 horas, e que podiam estar em casa, na aula, na academia ou fazendo qualquer outra coisa. Reconhecer também os servidores públicos que estão aqui, para cumprir uma missão pública. Acho que é isso que estamos precisando hoje em dia.

Então, nós temos um projeto, um objetivo estratégico que se chama “Câmara na Rua”, ele se desdobra em várias faces, em vários movimentos. Um deles é esse de lutar para mobilizar a comunidade porto-alegrense pela segurança pública. Se a gente puder articular, integrar e fazer uma sinergia com o Instituto Floresta será ótimo para nós. Tenho falado com o Cláudio, acho que a Revista Voto vai fazer um debate meu e do Frasson, nos próximos dias, lá no Hotel Sheraton. Se a gente pudesse se integrar com tantos outros movimentos, quantos forem necessários, a gente quer fazer isso. Não estão aqui a Nádia, a Mônica e o Valter como políticos partidários e de determinados partidos, nós estamos aqui como agentes políticos da sociedade, assim como todos que estão aqui. Cada um aqui está fazendo política, não política partidária, mas a política que é a arte, ou a tarefa, ou a missão de conduzir a sociedade, naquilo que dizia Aristóteles, para um caminho melhor ou para a felicidade das pessoas. É o que a gente precisa. Encerrando essa audiência pública, quero agradecer a presença de todos e nominar, novamente, o Sr. Kleber Roberto de Lima Senisse, Secretário Municipal de Segurança Pública, neste ato representando o Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre; o Major Marlon Carvalho da Silva; o Sr. Major Rafael Marques Ferreira, representante do Comando Militar do Sul; o Delegado Juliano Ferreira, Representante da Polícia Civil e também o Delegado Cantarelli, que estava aqui, pedindo que transmita um abraço ao Chefe de Polícia; o Sr. Major Ingo Vieira Lüdke, representante do Corpo de Bombeiros, e também ao Comandante dos Bombeiros; o Sr. Marcelo Picarelli, representante da Polícia Federal, muito obrigado pela sua participação e a importância da presença; as minhas queridas colegas, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; os participantes que contribuíram, o Ildo, o Felipe e o Frederico Cosentino. Agradeço a cada um de vocês que vieram hoje aqui para fazer com que o nosso evento acontecesse.

Por último, deixou um encaminhamento. Acho que, a partir dessa audiência, ficou uma semente aqui na Mesa, fica uma provocação. Se nós pudéssemos criar um grupo estratégico e um grupo tático de integração desses atores que estão aqui, seria algo muito importante. Eu já deixo uma sugestão, o local é o menos importante, pode ser a cada dia num local. Há uma sala de situação lá no Ceic, poderá ser na chefia de polícia, na Brigada, na Polícia Federal, no Comando Militar do Sul. Eu acho que, se a cada 15 ou 30 dias, esse grupo estratégico sentasse e, depois, coordenasse um grupo tático de operações, envolvendo outros parceiros, a gente, certamente, iria ganhar muito com isso. Agradeço a todos e declaro encerrada a presente audiência pública. Agradeço à Amrigs pelo espaço.

(Encerra-se a reunião às 20h56min.)